



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II ÀS DELEGAÇÕES DOS GOVERNOS ARGENTINO E CHILENO

Quinta-feira, 27 de Setembro de 1979

Senhor Cardeal,

Senhores Embaixadores e ilustres Membros das Delegações argentina e chilena para as negociações relativas à mediação no diferendo sobre a zona austral:

1. As breves palavras pronunciadas por Vossa Em.cia, Senhor Cardeal, para expor os trabalhos efectuados desde o início de Maio até hoje, vieram actualizar-me quanto às informações pormenorizadas que, por intermédias pessoas e por escrito, me foram chegando pontualmente durante os últimos meses. De todas elas tomei conhecimento com a atenção requerida pela importância do assunto, cuja gravidade, Senhores Delegados, me levou a enviar aos vossos Países o próprio Cardeal Samoré no Natal passado, e a aceitar, depois, a mediação que os vossos Governos solicitaram.

Com estas iniciativas quis, como escrevi às mais altas Autoridades das vossas Nações, testemunhar a atenção que prestava às relações mútuas dos vossos Países. Levar a cabo estes gestos parecia coisa inigualável para quem considera a paz um dos maiores valores humanos, e a sua busca e realização um desejo, mais ainda, um mandato do Filho de Deus feito Homem, do Príncipe da Paz, de quem a Providência me constituiu Vigário entre os homens.

Estou, como sabeis, em vésperas de iniciar uma viagem durante a qual não me faltarão ocasiões para proclamar o interesse da Sé Apostólica pela paz, e a sua firme vontade de contribuir para a sua consolidação efectiva e permanente segundo os meios que lhe são próprios, conhecedora dos imensos benefícios que a consecução de uma concórdia mundial e verdadeira proporcionaria à humanidade inteira.

Neste contexto pareceu-me oportuno encontrar-me convosco, que estais aqui para actuar em nome dos vossos Governos e dos vossos povos; por isso, as minhas palavras querem também chegar, por vosso intermédio, a todos eles.

2. Respondi afirmativamente à solicitude de mediação, não obstante as dificuldades inerentes a tão grave responsabilidade, estimulado pelo desejo de tutelar o bem supremo da harmonia entre as Nações. Animou-me a dar essa resposta positiva, a vontade de paz manifestada pelos vossos Governos, os quais — interpretando, assim, fielmente os laços profundos entre os vossos Países — assumiram em Montevideu o compromisso solene de não recorrer à força nas relações mútuas dos dois Estados, de realizar um retorno gradual à situação militar existente no princípio de 1977, e de abster-se de adoptar medidas que pudessem alterar a harmonia em qualquer sector.

Assumir esta tripla obrigação honrou os vossos Governos e os vossos Países e levou-me a aceitar a mediação; o fiel e constante cumprimento desse Acordo constitui motivo de honra para as vossas Autoridades e as vossas Nações, e cria as condições de serenidade necessárias para não serem prejudicadas as possibilidades de êxito da mediação.

3. Congratulo-me pela confiança que os vossos Governos e vós mesmos tendes no Mediador e naqueles que, por parte da Santa Sé, participam nas negociações relacionadas com a mediação. Essa atitude é uma premissa necessária para que o mediador se sinta mais seguro nos seus esforços de aproximar as posições divergentes, esforços que estabelecem a essência mesma da mediação, que não se conclui com decisões, mas se realiza mediante conselhos. Apoiando-se nesta confiança, o mediador, depois de pedir a Deus que o iluminasse, apresenta sugestões às Partes com o fim de realizar a sua obra de aproximação, dirigida no sentido de salvaguardar os interesses fundamentais de ambas, o bem supremo da paz.

4. Apoiando-me nessa confiança — fruto também dos laços que unem os vossos Povos com a Sé Apostólica — parece-me conveniente transmitir-vos algumas ideias que me sugeriu o exame dos aspectos controversos do diferendo. Comunico-vo-las com a esperança de contribuir para a busca do caminho, do método de trabalho que vos possa conduzir melhor ao acordo pacífico, justo, honroso e definitivo que todos desejamos. E proponho-vo-las por conhecer a disposição favorável com que — como se garante no primeiro Acordo de Montevideu — as considerareis:

— Parece convir que se planeiem as negociações procurando em primeiro lugar, os pontos de convergência entre as posições de ambas as Partes; embora a controvérsia pareça bastante complicada, não deve ser impossível encontrar tais pontos, tendo em conta, além disso, que no início do ano passado as vossas respectivas, Autoridades propuseram ter conversações directas com o fim de conseguir a concórdia. Insistir neste aspecto, quer dizer, na busca dos pontos de convergência, não será inútil, mas antes proveitoso;

— Considero também oportuno que reflectais sobre as possibilidades que têm as vossas Nações

de colaborar numa série de actividades, dentro e mesmo fora da zona austral. Do desenvolvimento dessas actividades podem derivar indubitavelmente vantagens para o bem-estar de ambos os Povos e também — porque não? — de outras Nações. Creio que o descobrimento e a preparação consequente de amplos sectores de cooperação criariam condições favoráveis para a busca e o encontro da solução completa para as questões mais complicadas do diferendo: solução completa e definitiva.

— É necessário restabelecer, garantir e corroborar um clima de confiança mútua, banindo, por consequência, até mesmo a suspeita ou o temor de intenções de uma Parte, que poderiam prejudicar a outra; este clima de confiança mútua deve constituir a seiva que vivifique todos os interessados, quer dizer, todos os que de algum modo se ocupam da mediação ou simplesmente vivem nas vossas Nações.

Penso que aquilo, que agora vos é dito, deveria constituir a base positiva sobre a qual se desenvolvessem continuamente as negociações sobre os diversos pontos controversos. Trata-se agora de uma questão de método, que parece impor-se, se se têm presentes os escassos resultados do período precedente, quando — como é sabido — as discussões foram afinal infrutuosas e culminaram em momentos de gravíssima tensão, tendo sido acompanhadas de preparativos militares. O novo procedimento creio que deveria caracterizar as vossas actividades nos próximos meses. Exorto-vos instantemente a que empenheis as vossas inteligências e a vossa boa vontade na busca desse novo método.

É inegável a grande influência que hoje em dia exercem os meios de comunicação social. É para desejar que eles apoiem os esforços das autoridades competentes, depois de escolherem o caminho da mediação, e que interpretem e apoiem os sentimentos autênticos dos filhos das duas Nações irmãs, que desejam manter essa paz que sempre existiu entre elas. É bonito e consolador constatar que nunca houve um conflito bélico entre os dois países, e vale a pena, portanto, evitar tudo o que possa promover sentimentos contrários à solução do diferendo através da mediação.

5. São estas as ideias que me pareceu conveniente expor-vos no momento actual.

Tende a certeza que não vos falta, nem vos faltará, a minha recordação constante na oração: peço a Deus que vos conceda a graça de levar a cabo um trabalho proveitoso e que eu vos possa assistir com os conselhos e sugestões que sejam mais úteis em cada circunstância. Manifesto estas intenções por meio de Maria, a Virgem Santíssima, Nossa Senhora, Mãe do Bom Conselho e Rainha da Paz.

Formulo votos por que as vossas negociações sejam fecundas, positivas, cheias de sabedoria e prudência, estimuladas pela boa vontade de todos, sabendo — como de facto sabeis que vos acompanha a simpatia dos vossos compatriotas e que muitos povos vos seguem com interesse.

Como penhor de tudo isso, concedo-vos a minha paternal Bênção, extensiva às vossas Nações, como testemunho do meu afecto e do meu desejo de que chegueis a superar as dificuldades de vária índole, em benefício da prosperidade e da felicidade cristãs de todos os vossos compatriotas.

Copyright © 1979 - Libreria Editrice Vaticana

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana